



Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Ofício 3335

SUA COMUNICAÇÃO DE
20-08-2020

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 4163/XIV/1.ª, de 20 de agosto de 2020, CDS-PP
Exploração de Volfrâmio e estanho a dois quilómetros do Parque de Montesinho**

Catarina Gamboa

Em resposta à Pergunta n.º 4163/XIV/1.ª, de 20 de agosto de 2020, formulada pelo Senhor Deputado João Gonçalves Pereira do Grupo Parlamentar do CDS-Partido Popular (CDS-PP), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

Ao abrigo do previsto na legislação comunitária e internacional em vigor em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), e tendo em conta o *"Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre a aplicação às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços"*, as autoridades espanholas notificaram o Estado Português, em julho de 2018, relativamente ao projeto "Exploração de Volfrâmio e Estanho, em Zamora", questionando sobre o interesse em participar no respetivo procedimento de AIA.

Em agosto de 2018, e em resposta às autoridades espanholas, o Estado Português manifestou o seu interesse em participar no procedimento de AIA, por considerar que o projeto seria suscetível de provocar impactes ambientais significativos em território nacional.

Neste sentido, as autoridades espanholas remeteram, em abril de 2020, um conjunto de documentação relativa ao projeto de "Exploração de Recursos de Estanho e Volfrâmio "Valtreixal n.º 1906 e "Alto de Los Repilados", n.º 1352", Pedralba de la Praderia, Zamora".

Com base nesta documentação, a Agência Portuguesa do Ambiente I.P. (APA), despoletou a consulta a um conjunto de entidades com responsabilidades ambientais relevantes face ao tipo de projeto em causa e à sua localização (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Direção Geral de Energia e Geologia, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Laboratório Nacional de Energia e Geologia). Foi também promovido um procedimento de consulta pública, que decorreu de 13 de julho a 21 de agosto de 2020, na plataforma Participa.

No âmbito da análise desenvolvida pela APA e pelas restantes entidades acima referidas, verificou-se que a informação disponibilizada pelas autoridades espanholas não permitia uma adequada avaliação ao nível de todos os fatores relevantes para consideração dos potenciais impactes transfronteiriços.

Neste contexto, foram despoletados os trâmites para solicitação destes elementos ao Estado Espanhol.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
AÇÃO CLIMÁTICA

Aguarda-se a informação adicional para suporte à avaliação e emissão de pronúncia final por parte do Estado Português.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Fernando Carvalho

LM/EA